

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 5, Número 5, Maio de 2016

O sequestro do “Soft Power”

Christopher Walker

**A Evanescete Miragem do
“Consenso Liberal”**

James Dawson e Seán Hanley

O Liberalismo Sem Resultados

Ivan Krastev

**O Compromisso dos Islamistas
na Tunísia**

Kasper Ly Netterstrøm

Como a Mídia Destruuiu as Transições

Marc Lynch

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Maria Cecília Porto

REVISÃO TÉCNICA

Isadora Carvalho

Apresentação

Este número do *Journal of Democracy* em Português reúne artigos que, em sua maioria, fazem uma revisão crítica das esperanças democráticas suscitadas pelo fim da União Soviética e do socialismo real no leste da Europa e, mais recentemente, pela chamada Primavera Árabe. A questão comum que os perpassa é por que aquelas esperanças se viram em boa medida frustradas, muito especialmente nos países árabes.

Em “O Sequestro do Soft Power”, Christopher Walker chama a atenção do leitor para um fenômeno sem precedente: a utilização, por regimes autoritários ou semi-autoritários, de estratégias e ferramentas de atuação internacional normalmente associadas ao exercício do soft power por países democráticos. Com o foco sobre a China e a Rússia, o autor ressalta o empenho crescente de regimes não democráticos em influenciar a opinião pública mundial por meio da criação de canais internacionais de televisão e organizações supostamente não governamentais que, sob a aparência de certa neutralidade e profissionalismo, atuam sob o comando dos respectivos governos. Walker argumenta que assistimos não apenas a uma interrupção da onda democrática que se verificou no mundo depois da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética. Testemunhamos, isto sim, a ofensiva de regimes não democráticos que ingressaram com novos e mais inteligentes meios na batalha por corações e mentes na esfera da opinião pública global.

Seguem-se dois artigos em que os autores polemizam entre si a respeito da extensão, profundidade e razões do crescimento de movimentos e partidos antidemocráticos, quando não xenófobos e racistas, nos países da antiga Europa oriental, em alguns casos resultando na formação de governos no mínimo ambivalentes em relação a valores básicos da democracia. Em “O Evanescente Consenso Liberal”, James Dawson e Seán Hanley, responsabilizam as elites econômicas locais

e da União Europeia (EU) pelo ressurgimento de tendências antidemocráticas historicamente presentes naqueles países. Para os autores, esse ressurgimento é o preço que agora se paga por uma agenda de políticas que acenou com os benefícios da economia de mercado em detrimento da ênfase nos valores da democracia.

Ivan Krastev, em seu “Liberalismo sem Resultado”, acolhe parte do argumento de Dawson e Hanley. Reconhece que, mesmo na Polônia, onde maior foi o sucesso econômico da integração à EU, recentemente foi eleito um governo com inclinações não democráticas. Krastev, porém, vê os casos dos países do leste da Europa como parte do fenômeno mais amplo de crise da democracia em todo o continente europeu. Sustenta que as causas do problema estão na crise econômica (e na crise imigratória). Contrastando com o pessimismo de Dawson e Hanley, ele relembra o período entre o final dos anos 1960 e 1970, quando, no coração da Europa Ocidental, em particular na Itália, em meio à radicalização política, emergiram organizações terroristas e a democracia liberal parecia estar sob ameaça fatal. Para Krastev, as instituições da democracia-liberal superarão mais esta crise, mesmo que parte dos atores políticos, como na Europa de então, se choquem contra elas.

O artigo de Kasper Ly Netterston sobre a Tunísia é, por assim dizer, o mais alentador deste número. Nele a pergunta não é sobre o que deu errado, mas sim sobre por que deu certo a transição para a democracia num país de maioria islâmica. O autor destaca a mudança ocorrida no interior do partido islâmico Ennahda, que conseguiu encontrar espaços específicos para a religião e a política, deixando para trás o islamismo utópico que marcou sua fundação. A atuação do Ennahada passou a obedecer a cálculos políticos similares aos de qualquer partido conservador submetido às regras de um Estado democrático. Netterston chega a compará-lo ao Partido Republicano, nos Estados Unidos, no qual é cada vez maior o peso do conservadorismo evangélico. Os líderes do Ennahada teriam, segundo o autor, compreendido a impossibilidade

de fundir religião e política num país diverso e mais ocidentalizado do que os demais países árabes. Isso não significa que tenham desistido de difundir valores islâmicos na sociedade tunisiana e influenciar as decisões políticas com base nesses valores. É cedo, portanto, acrescentarmos, para tirar conclusões definitivas sobre o caso da Tunísia, o que não o torna menos interessante, antes o contrário.

Este número termina com o artigo em que Marc Lynch avalia o papel da mídia árabe nas revoluções e revoltas que varreram parte importante do Norte da África e do Oriente Médio entre 2011 e 2012. Para o autor, a mídia contribuiu para o insucesso da Primavera Árabe. De um lado, na ausência de real liberdade de imprensa, a mídia convencional logo se tornou instrumento de disputa entre interesses políticos e geopolíticos, inclusive a Al Jazeera. De outro, com a difusão da Internet e dos *smart phones*, a “rua árabe” passou a se comunicar por meio das mídias sociais, as quais tendem separar a opinião pública em nichos de adeptos da mesma causa ou ponto de vista. A combinação desses dois fenômenos teria resultado no aumento da polarização e do medo sobre os desdobramentos do processo político, contribuindo para que ele degenerasse em lutas sectárias.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

O Sequestro do “Soft Power”*

Christopher Walker

*Christopher Walker é diretor-executivo do International Forum for Democratic Studies do National Endowment for Democracy. Este texto é o ensaio de conclusão do livro *Authoritarianism Goes Global: The Challenge to Democracy* (2016), publicado pelo *Journal of Democracy*.*

Desde o fim da Guerra Fria, o Ocidente democrático tem dado proeminência especial à ideia de integração de regimes não democráticos à ordem liberal internacional. Para líderes e analistas dos Estados Unidos e Europa, a integração tem sido um conceito organizador dominante na política externa, servindo de estrela-guia para a estratégia ocidental neste último quarto de século. O pressuposto central das democracias tem sido o de que um engajamento paciente com estados autoritários resultará em claros benefícios mútuos. Ao aceitar tais regimes e encorajar a sua integração no sistema econômico global e em instituições políticas chave, as potências ocidentais esperavam induzir as autocracias a realizarem reformas políticas significativas, tornando-se, no final, mais parecidas com as democracias. Até mesmo os casos mais difíceis para a democratização, como a China e a Rússia, deveriam caminhar devagar, mas inevitavelmente, em direção à liberalização política, à medida que suas economias crescessem e as classes médias se desenvolvessem.

* Publicado originalmente como “The hijacking of ‘soft power’”, *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 1, Janeiro de 2016 © 2016 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

Numa reviravolta inesperada, porém, os regimes autoritários, pequenos e grandes, viraram a mesa sobre as democracias. Em vez de praticar as esperadas reformas, a maioria desses regimes repressivos aprofundou seu autoritarismo. E estão agora se voltando para o exterior. Embora os principais regimes autoritários estejam hoje integrados de diversas formas ao sistema global, eles não ficaram mais parecidos com as democracias; ao contrário, desenvolveram políticas e práticas com o objetivo de bloquear o avanço da democracia. Aproveitando-se da globalização e das oportunidades proporcionadas pela integração com o Ocidente, esses estados passaram a solapar as mesmas instituições e fóruns que os acolheram.

Hoje, os regimes autoritários estão projetando seu poder além de suas fronteiras. Eles querem atingir instituições democráticas cruciais, inclusive o sistema eleitoral e a mídia. Eles usam vínculos profundos de economia e negócios para exportarem práticas corruptas e insinuarem-se na política das democracias, tanto das recentes como das já estabelecidas. Influenciam a opinião pública internacional e investem pesadamente em seus próprios instrumentos de “soft power” a fim de competir com a democracia no campo das ideias. Em 2014, o Fórum Internacional de Estudos Democráticos do Fundo Nacional para a Democracia (“National Endowment for Democracy’s International Forum for Democratic Studies”) lançou um programa de dois anos sobre o ressurgimento do autoritarismo, do qual este e outros trabalhos fazem parte. Estes estudos revelaram que países diversos entre si como China, Rússia e Venezuela, e mesmo arquirrivais como Irã e Arábia Saudita, apesar de discordarem em vários pontos, têm o amplo objetivo comum de conter o avanço da democracia. Além disso, estes regimes estão tirando vantagem dos benefícios da integração para colocar em prática esse objetivo, em seus próprios países e internacionalmente.

Uma área em que o crescimento do poder autoritário tem tido grande visibilidade é a da geopolítica. A China, por exemplo, tem exercido sua influência de forma mais impositiva no Mar da China Meridional, exibindo sua força em uma frenética atividade de construção nas Ilhas Spratly, e adotando com frequência um perfil militar mais assertivo na região. A Rússia, embora vista por alguns como enfraquecida, deslançou uma intensa política de rupturas: no intervalo de dezoito meses, anexou a Crimeia, invadiu a Ucrânia e abriu caminho para uma presença significativa de novos recursos militares no Oriente Médio. Ataques aéreos russos na Síria, iniciados em setembro de 2015 em nome do regime brutal de Bashar al-Assad, pegaram o Ocidente desprevenido, assim como as incursões militares do Kremlin na Criméia e em outras partes da Ucrânia em 2014. Enquanto isto, o Irã aumentou suas atividades no Afeganistão, Iraque e Líbano. Elevando também sua presença na Síria, enviou tropas ao país em outubro de 2015, ao lado da Rússia, em uma demonstração de solidariedade. A Arábia Saudita, por sua vez, tem posto em prática há meses uma campanha de bombardeios no Iêmen, desafiando seu rival Irã em uma região marcada por vácuos de poder.

A disposição desses regimes não liberais de usar seu poder militar é um sinal de mudança no ambiente internacional. Mas é o desenvolvimento do chamado “soft power”, por estes regimes, que consiste o aspecto mais conspícuo do novo autoritarismo. O termo “soft power”, porém, não se aplica adequadamente a estes esforços, já que nenhum deles corresponde à concepção de Joseph Nye desse poder, que enfatiza a capacidade dos estados de atrair outros pela legitimidade de suas “políticas e pelos valores que as fundamentam”¹. Mesmo o modelo chinês, que tem atraído grande número de governos autoritários e até alguns analistas do Ocidente, está repleto de problemas. Mas isso não tem impedido os principais governos autoritários de sequestrar o

conceito de “soft power” como parte de uma ampla investida contra a democracia e seus valores.

Através do aprendizado autoritário (pela adaptação ou imitação das formas democráticas, por exemplo) e tirando vantagem das oportunidades oferecidas pela globalização, os formadores de tendência do mundo autoritário criaram um moderno instrumental antidemocrático que de várias maneiras funciona como imagem de espelho do “soft power” democrático. Isto inclui organizações não governamentais organizadas pelo governo (GONGOs), o monitoramento “zombie”^{*} de eleições, investimento e ajuda externa, e empresas midiáticas, tanto novas como tradicionais.

Os principais governos autoritários estabeleceram uma ampla constelação de GONGOs coniventes com seus regimes, inclusive *think tanks* e institutos políticos que operam domesticamente e no exterior. Alguns destes grupos são benignos, mas muitos operam com o objetivo de subverter o debate autêntico, disseminando mensagens do regime de forma não transparente ou misturando-se às vozes autênticas. O monitoramento “zombie”, que permite aos regimes autoritários manipular a integridade de processos de eleição, é uma destas inovações. Em termos de auxílio e investimento, a China e outros governos autoritários têm despejado vastas somas de dinheiro nos países em desenvolvimento, possibilitando aos governos receptores deixar de lado os padrões de transparência e de responsabilidade exigidos pelas instituições financeiras internacionais estabelecidas.

Finalmente, os regimes não liberais estão aumentando a capacidade de suas mídias, novas e tradicionais, e o conteúdo de seus programas de rádio e televisão com a finalidade de atingir audiências globais. Na superfície, essas empresas parecem instrumentos de “soft power”, só que a CCTV da China e a RT da Rússia não são a BBC e a Deutsche Welle, que operam de acordo com um sistema de valores fundamentalmente diferente. Como a responsabilidade editorial de estabelecido

* Que parece mas não é. (N. daT.)

mentos midiáticos autoritários é da liderança política, o conteúdo que eles produzem está comprometido, por omissão ou intervenção editorial. Portanto, se é que a CCTV fará alguma reportagem sobre temas controversos como o massacre da Praça da Paz Celestial, o Tibete ou Formosa, não será de forma imparcial ou crítica. E a RT, enquanto isso, não deixa de seguir a linha do Kremlin, racionalizando o “status quo” que o regime quer manter ao retratar, cinicamente, todos os regimes, sejam eles autoritários ou democráticos, como corruptos.

Similarmente, o aprofundamento da integração comercial das duas últimas décadas tem permitido que os governos chinês e russo exerçam sua influência nas questões políticas tanto das democracias jovens como das já estabelecidas. Estes regimes identificaram maneiras de comprometer os valores da transparência e da responsabilidade, e de exportar corrupção às democracias. Sob Vladimir Putin, por exemplo, uma peça central do engajamento da Rússia com o Ocidente tem sido a corrupta e oportunista exportação de hidrocarbonetos, o que tem impactado as instituições financeiras, legais e políticas ocidentais².

Em resumo, o instrumental autoritário possibilita que regimes não liberais projetem sua influência no espaço democrático de várias maneiras. Ao mesmo tempo, regimes autoritários têm se dedicado a silenciar vozes das democracias. Com o tempo, universidades, *think tanks* e companhias de mídia e de tecnologia do Ocidente que operam na China, Rússia, Arábia Saudita e em outros estados do Golfo, cada vez mais têm se integrado comercialmente a estes sistemas autoritários. Isto tem feito com que, às vezes, estes regimes cooptem seus parceiros ocidentais e os induzam a autocensura, prejudicando, desta forma, as normas de livre expressão através deste tipo de coerção econômica.

Além disso, os autoritários estão tentando desagregar as instituições que têm servido como a cola unificadora da ordem pós-Guerra Fria. Regimes não liberais trabalham juntos no interior de organizações regionais e internacionais consagradas, que têm sido de crucial

importância para o quadro político global – ONU, Organização dos Estados Americanos, Conselho da Europa e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) - com o objetivo de neutralizar seus componentes de direitos humanos e democracia. Enquanto isto, governos autoritários estão estabelecendo suas próprias organizações, como a Organização para Cooperação de Xangai e a União Econômica Eurasiática, que têm promovido normas alternativas, coniventes com o autoritarismo.

Em um período de tempo relativamente curto, os principais regimes repressivos conseguiram forjar uma impressionante infraestrutura de desafio às democracias e a seus valores, em uma verdadeira competição sobre normas, que emergiu assim que o poder normativo do Ocidente evidenciou-se. Como observa Alexander Cooley, os principais regimes autoritários estão desafiando a noção de direitos humanos universais, e propagando em seu lugar normas baseadas em segurança e “soberania de estado”, “diversidade civilizacional”, e a defesa de “valores tradicionais” contra a democracia liberal. Todos estes pontos têm merecido hoje um significativo apoio. Os efeitos são mais visíveis no estreitamento do espaço político para a sociedade civil, nas missões redirecionadas que as organizações regionais têm abraçado, e na crescente influência de poderes não ocidentais como patronos internacionais³.

O ruim fica pior

Diante desta mobilização autoritária, as democracias têm sido pegadas de calças curtas. Devido em parte à complacência, mas também à “crise de confiança” que se instalou depois da crise econômica global de 2008-2009 (e que tem sido exacerbada pela crise da migração em massa na Europa, iniciada em 2015), as democracias estabelecidas não deram até o momento nenhuma resposta coerente à arrancada autoritária. E o que é mais problemático, o Ocidente parece ter sucumbido a um torpor político que contribui para uma “falta de imaginação”

ainda maior, que o impede de responder aos sérios desafios que têm surgido neste novo e questionado ambiente⁴. Para poder entender os crescentes desafios à democracia impostos pela arrancada autoritária, devemos examinar a evolução do instrumental autoritário desde que a “reação” contra a democracia começou, em meados da primeira década do século XXI.

A princípio, a reação era aparente apenas em um número limitado de países e se restringia, sobretudo, ao nível doméstico. Nesta fase inicial, os regimes autoritários usaram medidas legais, regulatórias e informais, com frequência restringindo liberdade de expressão e de associação, para obstruir a emergência do pluralismo democrático. A repressão em ambientes autoritários tende a exibir um vai-e-volta em que o aperto do governo é a princípio mais forte, e depois de certo ponto, relaxa. A reação autoritária, porém, nunca atenua. Ao contrário, tem ganhado “momentum” e se aprofundado em intensidade ao longo da última década.

O relatório *Freedom in the World*, da organização não governamental americana Freedom House, revelou que em cada um dos últimos nove anos, declínios nos direitos políticos e nas liberdades civis ultrapassaram os progressos. É digno de nota que uma grande parte destes declínios tem ocorrido em países que já integravam a lista dos Não Livres, da Freedom House. Em outras palavras, países nas piores categorias tornaram-se ainda mais repressivos, afundando mais ainda dentro daquela categoria. Este aprofundamento do autoritarismo em ambientes que já eram repressivos tem sido um fator crucial de declínio nas classificações da Freedom House, uma situação que tem sido citada frequentemente como evidência de uma “recessão democrática”.

Uma grande parte desta história é encontrada em duas regiões que representam centros de autoritarismo: a antiga União Soviética (FSU) e Oriente Médio e África do Norte (MENA). Na FSU, direitos e liberdades declinaram acentuadamente em países como Azerbaijão, Caza-

quistão e Tadjiquistão entre 2006 e 2015. E, além disso, na Rússia, cuja intensificação do autoritarismo tem implicações não apenas sobre seus vizinhos, mas sobre o mundo todo, direitos políticos e liberdades civis pioraram significativamente durante estes anos. Na região do MENA, de dezoito países, quinze tornaram-se menos livres nos últimos dez anos, e em alguns casos, de forma considerável. (A Tunísia, que acabou de estabelecer sua jovem democracia, é, claro, uma exceção). Países como Bahrain, Irã, Jordânia e Arábia Saudita, que já eram extremamente autocráticos, endureceram ainda mais, especialmente desde os levantes árabes. O Egito, sob o presidente Abdel Fattah al-Sisi, é em muitos sentidos até mais repressivo do que havia sido na era de Hosni Mubarak.

A China, com a maior população mundial e segunda maior economia, figura entre os estados politicamente mais repressivos do mundo. Na escala combinada de 100 pontos⁵ da Freedom House para direitos políticos e liberdades civis, a China marca irrisórios 17 pontos, o mesmo registro de 2006. De um total de 40 pontos possíveis para direitos políticos, a China só marcou 2 pontos, um número surpreendentemente baixo que reflete a sistemática repressão e negação dos direitos políticos naquele país. Como na Rússia, o crescente autoritarismo em uma China cada vez mais internacionalista repercute para além de suas fronteiras.

Acima de tudo, os governantes autoritários estão preocupados com a sobrevivência de seus regimes, e eles estudam e aprendem com outros regimes autoritários, tanto do passado como do presente, para manter o poder. O Partido Comunista da China (PCC) escrutinizou o colapso do sistema soviético para poder evitar o mesmo destino⁶, enquanto que o Kremlin de Vladimir Putin tem estudado cuidadosamente a durabilidade do sistema chinês no período pós-Praça Celestial. No primeiro caso, o PCC busca tirar lições do fracasso soviético; no segundo, o Kremlin pós-soviético, como inúmeros outros governos autoritários contemporâneos, tenta juntar o que pode do aparente su-

cesso da China em reprimir a oposição política enquanto faz crescer sua economia.

Um dos sinais da prioridade que os regimes autoritários têm dado à segurança do regime é o investimento maciço em segurança interna, o que, surpreendentemente, tem sobrepujado até mesmo os orçamentos militar e de defesa externa. Os governos chinês e iraniano, por exemplo, usam fundos públicos para construir vastos aparatos de segurança devotados a reprimir a dissidência interna⁷. Logo após os levantes árabes de 2011, a Arábia Saudita aumentou para sessenta mil o pessoal do seu ministério do interior, que antes já era amplo⁸. Estes regimes têm feito da prevenção à dissensão doméstica, a pedra fundamental de suas estratégias de segurança nacional (leia-se de segurança do “regime”).

Combatendo as “Revoluções Coloridas”

Em países onde os direitos democráticos mais elementares são rotineiramente negados, a ameaça de uma “revolução colorida”^{***} tornou-se o conceito organizador central em torno do qual regimes autoritários formulam suas estratégias de segurança e propaganda. Um exemplo disso foi a Conferência sobre Segurança Internacional de Moscou, em maio de 2014, patrocinada pelo ministério de defesa da Rússia, que teve seu foco no impacto do protesto popular – especificamente das “revoluções coloridas” – na segurança internacional. Entre os conferencistas estavam o ministro da defesa, Sergei Shoigu, e o ministro das relações exteriores, Sergei Lavrov. Altos dirigentes de governos não democráticos, como da China, Egito, Irã, Síria e Emirados Árabes Unidos, participaram da conferência, assim como de Myanmar, país que vive no momento uma transição turbulenta. Os conferencistas russos alertaram os participantes que “revoluções coloridas são uma nova forma de guerra inventada pelos governos ocidentais, que buscam remover os governos nacionais independentes por outros, controlados pelo Ocidente”⁹.

^{***} Ondas revolucionárias, de origem popular (NdaT)

Em setembro de 2015, Rússia, Bielo-Rússia e Sérvia – então aspirante à União Europeia – participaram de um exercício de treinamento militar intitulado Irmandade Eslava 2015, ocorrido na cidade russa de Novorossiysk. O general Valeriy Gerasimov, chefe do Estado-Maior russo, explicou que este tipo de exercício era necessário porque as “revoluções coloridas” são “uma forma de luta armada que deve ser enfrentada pela força militar”. Segundo Gerasimov, interpretar as revoluções coloridas como um tipo de guerra permite que se façam ajustes militares e que as forças armadas possam conceber maneiras de se opor a tais movimentos populares¹⁰. Por meio dos exercícios de treinamento como os da Irmandade Eslava 2015, a Rússia e outros estados autoritários estão desenvolvendo sua mão de ferro para conter o desenvolvimento democrático e qualquer forma de dissidência organizada.

Da mesma forma, a China tem devotado atenção considerável ao conceito de “revoluções coloridas”. Em 13 de junho de 2015, por exemplo, o “Diário do Povo”, porta-voz do partido comunista chinês, publicou cinco artigos acadêmicos em que eram exploradas as raízes das revoluções coloridas e o que a China deveria aprender com a experiência das nações afetadas. O regime comunista da China acredita que há a mão dos Estados Unidos nestes movimentos de protesto e que ONGs têm ajudado a fomentá-los. A estratégia militar oficial chinesa agora declara que “forças anti-China nunca desistiram de instigar uma ‘revolução colorida’ neste país”¹¹. Ao atribuir responsabilidade pela dissidência doméstica a forças externas, estes governos criam a base lógica para a internacionalização de suas estratégias de “contenção da democracia”.

Estes tipos de exercícios militares e de segurança entre nações demonstram a extraordinária extensão da tentativa de sufocamento do pluralismo político por parte destes regimes. Isto é parte de um esforço maior da aprendizagem autoritária que também tem ajudado o autoritarismo a articular métodos ainda mais sofisticados de controle da sociedade civil, da comunidade empresarial e da oposição política.

A aprendizagem autoritária também tem desempenhado um papel considerável na definição de como regimes repressivos administram e censuram a Internet, que eles enxergam como uma ameaça crescente. A China é líder neste sentido, demonstrando que é possível expandir o acesso à Internet – cerca de 640 milhões de pessoas estão online hoje na China – e ao mesmo tempo manter controle efetivo sobre o conteúdo político. As autoridades de Pequim, como em muitas outras capitais de governos igualmente não liberais, se aproveitam da globalização do comércio para utilizar a mais moderna tecnologia disponível no mercado mundial, geralmente oferecida por firmas ocidentais, para censurar a Internet. Para enfrentar este grau de uso online e o desafio imposto à capacidade do regime de dominar narrativas políticas chave, o partido comunista chinês tem tomado um vasto e variado conjunto de medidas para manter o controle¹².

As medidas de censura do PCC também têm tido um efeito de demonstração no exterior. Outros países – autoritários e semi-autoritários – veem o “sucesso” da abordagem de Pequim no controle da Internet e de outras tecnologias de informação e comunicação, e se dão conta de que a censura online sistemática pode de fato ser obtida. Com o tempo, outros países têm aprendido por observação ou assistência direta da China, e adaptado métodos de repressão à Internet em seus próprios contextos.

Em setembro de 2013, autoridades chinesas, mencionando a necessidade de coibir o que chamavam de “boatos online”, divulgaram novas diretrizes para as redes sociais que serviam de fóruns populares vitais para discussão política. Sob as novas regras, usuários da Internet que postassem comentários difamatórios vistos por 5.000 usuários ou repostados mais de 500 vezes poderiam pegar até três anos de prisão. Desde a sua adoção, esta medida suprimiu efetivamente as vozes cívicas com maior número de seguidores. O Kremlin claramente percebeu o ocorrido, pois menos de um ano mais tarde, em agosto de 2014, baixou um novo conjunto de regulações similares às da China. A lei do blogger

da Rússia exige que qualquer pessoa cuja presença online atraia mais de 3000 leitores por dia, registre-se, revele informações pessoais e se submeta aos mesmos regulamentos dos meios de comunicação de massa.

Regimes autoritários também estão aprendendo uns com os outros como promover o sufocamento da sociedade civil independente. Em anos recentes, regimes autoritários lançadores de tendências têm adotado uma cascata de leis restritivas contra o setor da sociedade civil, e outros países, inclusive democracias, têm seguido o seu exemplo¹³. O mais preocupante é que o aprendizado intensivo que está ocorrendo em nível doméstico tem sido crucial para o desenvolvimento de métodos autoritários de obstrução da democracia além das próprias fronteiras. Em outras palavras, os mais influentes regimes autoritários, Rússia e China em primeiro lugar, têm servido de incubadoras para a inovação de técnicas antidemocráticas que são agora aplicadas internacionalmente. E, de modo geral, os observadores nas democracias têm deixado de levar isto e conta.

O desafio da Democracia “Zombie”

Através de experimentação e aprendizagem, regimes autoritários têm refinado suas técnicas de manipulação em nível doméstico. Ao construir falsos partidos políticos, pretensos movimentos sociais e empresas controladas pelo estado que de várias maneiras dão a impressão de serem como as democráticas, os autocratas simulam instituições democráticas como forma de se prevenir contra o enraizamento da democracia autêntica.

Regimes autoritários têm combinado a punição severa a ONGs independentes, por exemplo, com o crescimento de GONGOs patrocinadas pelo estado, sendo que estas últimas são descritas por Moisés Naím como entidades que “empregam as práticas da democracia para sutilmente solapar a própria democracia”¹⁴. Pequim mudou sua tática agressivamente, enchendo o espaço público com GONGOs e, como parte de suas maiores ambições, procura desenvolver um con-

junto de grupos de reflexão patrocinados pelo estado. Em 27 de outubro de 2014, no sexto encontro do Grupo de Liderança de Reformas Gerais, o presidente chinês Xi Jinping, que chefia o grupo, defendeu a criação de um novo conjunto de grupos de reflexão dirigidos pelo partido:

Construir um novo tipo de grupo de reflexão com características chinesas é uma missão importante e urgente. Estes grupos devem visar à promoção de tomadas de decisões científicas e democráticas, a modernização e capacitação do sistema de governança do país, e o fortalecimento do soft power da China¹⁵.

O Partido Comunista da China já levou o conceito de GONGO a dar um passo à frente, ao requerer que todas as organizações culturais, econômicas e sociais domésticas estabeleçam grupos organizados pelo partido (às vezes chamadas de PONGOs), o que permitirá às autoridades reivindicar um controle ainda maior nesta esfera¹⁶.

Como a democracia “zombie” autoritária tem migrado do nível doméstico ao internacional, as GONGOs organizadas pelo governo chinês insinuam-se cada vez mais sobre organizações democráticas, regionais e supranacionais. Em sessões da Revisão Periódica Universal (RPU) – uma das principais funções do Conselho de Direitos Humanos da ONU, sediada em Genebra, que promove a revisão da situação dos direitos humanos em todos os estados membros da ONU –, organizações “não-governamentais” alinhadas com Pequim participam de encontros das Nações Unidas para elogiar as autoridades chinesas e assediarem os ativistas de direitos humanos que criticam o governo chinês neste fórum.

Em outubro de 2013, várias GONGOs chinesas ocuparam a cidade de Genebra quando os direitos na China estavam sendo revisados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Nestas sessões da RPU, representantes das GONGOs, às vezes em coordenação com diplomatas chineses, utilizam uma variedade de táticas para intimidar ativistas,

tirando fotos deles sem autorização, e enchendo salas de reuniões com representantes do regime para abafar as vozes que acusam os abusos de direitos humanos. Segundo uma investigação da Reuters de 2015, 47 ONGs da China continental, Hong Kong e Macau estão autorizadas a participar dos encontros do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Deste total, pelo menos 34 são GONGOs, sob a autoridade de ministérios governamentais chineses, ou chefiadas por membros do partido ou do governo, ativos ou aposentados¹⁷.

No que já se tornou um rito anual nos Encontros de Implementação da Dimensão Humana (HDIM) da OSCE, em Varsóvia, as GONGOs de países como Azerbaijão, Bielo-Rússia, Cazaquistão e Rússia participam de procedimentos destinados a permitir que grupos autênticos da sociedade civil manifestem sua opinião sobre direitos humanos e democracia em seus países¹⁸. Em 2014, GONGOs apoiadas pelo Kremlin, fieis aos seus objetivos, tumultuaram as discussões sobre a invasão da Rússia na Ucrânia. Em setembro de 2015, GONGOs do Azerbaijão entraram em confronto ativamente contra os participantes da sociedade civil e tentaram confundir os registros de direitos humanos no país.

Da mesma forma, os governos de Cuba e Venezuela levaram GONGOs à Cúpula das Américas, em abril de 2015, no Panamá, com o objetivo de apresentar grupos patrocinados pelo regime como se fossem membros autênticos da sociedade civil. Muitos destes grupos afirmam que são autônomos, no entanto defendem fielmente as posições dos governos de seus países.

Enquanto isto, além de influenciar os procedimentos de organizações regionais, a Rússia aplica recursos extensivos em GONGOs de países localizados em sua periferia e além dela. Através de organizações como a Russky Mir e a Fundação de Defesa dos Direitos de Compatriotas no Exterior, o Kremlin financia muitas iniciativas deste tipo. Os estados bálticos têm aguentado uma dose especialmente pesada de “soft power” russo, enquanto GONGOs apoiadas pelo Kremlin ten-

tam influenciar o debate público e formar as visões dessas sociedades, onde vivem populosas comunidades de etnia russa.

De acordo com um relatório de 2015, a iniciativa de jornalismo investigativo “Re:Baltica” descobriu que em 2013 a Russky Mir estava financiando a promoção de “língua e cultura russas” nos estados bálticos, enquanto que a Fundação para a Defesa dos Direitos de Compatriotas no Exterior, de menor porte, financiava “cineastas que apoiam e promovem” a versão russa da história do século XX; “pesquisadores que acusam os estados bálticos e a Ucrânia de violações de direitos humanos”; pessoas de etnia russa “que foram processados por participarem nos distúrbios de 2007 em Tallinn”; e “pessoas que participaram da deportação de cidadãos da Lituânia para a Sibéria” durante e depois da Segunda Guerra Mundial¹⁹. Ao mesmo tempo em que reprime implacavelmente as atividades de ONGs independentes na Rússia, fora de suas fronteiras o Kremlin se aproveita avidamente dos espaços abertos das democracias, providenciando suporte político e financeiro a GONGOs afinadas com seu regime que operam sem impedimentos nos espaços democráticos.

Regimes autoritários também têm começado a usar métodos de manipulação de eleição em nível internacional, apoiando falsos grupos de monitoramento que endossam eleições fraudulentas com o objetivo de obscurecer as avaliações de organizações de monitoramento confiáveis. Estes monitoramentos “zombies” têm proliferado amplamente. Duas iniciativas dirigidas por governos autoritários, a Organização de Monitoramento de Eleições da Comunidade de Estados Independentes (“Commonwealth of Independent States Election Monitoring Organization”) e a Organização de Cooperação de Xangai (“Shanghai Cooperation Organization”), enviaram pretensos monitores a apurações eleitorais recentes em várias partes da Eurásia. Em outubro de 2013, o governo do Azerbaijão chamou monitores “zombies” do exterior para absolver sua eleição presidencial evidentemente manipulada. Um bando de organizações de monitoramento falsificadas, com

nomes como Missão de Observação da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e Caribe (“Observer Mission of the Standing Conference of Political Parties of Latin America and the Caribbean”) e Missão de Observação da ONG Fórum da Organização da Cooperação Econômica do Mar Negro (“Observer Mission of the NGO Forum of the Organization of Black Sea Economic Cooperation”), juntamente com um grupo de políticos de facções heterogêneas da Europa estavam presentes para elogiar este pseudo-evento eleitoral de história carochinha.

Um espetáculo similar ocorreu na Criméia durante um “referendo”, em março de 2014, depois que os “homenzinhos verdes” (como alguns residentes da região chamaram os soldados russos, cuja presença foi negada pelo Kremlin) invadiram a península. Durante este pseudo-referendo, um grupo de figuras políticas radicais, levadas à Criméia apesar de não possuírem credenciais para monitoramento autêntico de eleições, apresentou nos veículos de comunicação governamentais russos resultados que estavam em total sintonia com os do Kremlin. Até os governantes chineses, que não promovem eleições reais em seu próprio país, têm enviado observadores a eleições recentes de Myanmar e Zimbabwe.

A batalha pela informação

As ideias e mensagens de ONGs e monitores “zombies” são disseminadas pela mídia estatal, que serve de instrumento para manipulação das audiências e para suprimir conteúdo democrático. Em casa, os autoritários podem colocar em prática uma potente combinação de censura e propaganda, que domina o espaço da mídia e cria uma realidade alternativa não-contestada para sua audiência. Pequim, Moscou e Riad não poupam gastos nem esforços para manter ideias e informações alternativas longe da discussão política dominante. Em um exemplo perfeito do zelo com que o autoritarismo evita assuntos domésticos delicados, a mídia estatal da China não fez

o menor registro do colapso maciço da sua bolsa de valores do país em agosto de 2015²⁰.

No exterior, porém, como Pequim e Moscou não podem impor censura da mesma forma com que o fazem em casa, então utilizam outras técnicas, adaptadas da experiência doméstica, e as aplicam na arena internacional. No espaço online, por exemplo, esses regimes contam com “trolls”^{***}, ataques cibernéticos e desinformação para alcançar seus objetivos. Se por um lado estes governos não liberam se esforçam para impedir a competição de ideias dentro de suas fronteiras, por outro fazem de tudo para certificarem-se de que seus próprios pontos de vista são ouvidos no exterior. Entre eles, os que possuem mais recursos construíram impressionantes complexos de mídia que os capacitam a projetar suas mensagens no mercado global de ideias.

Em casa, estes regimes reprimem a mídia doméstica e obstruem cada vez mais o trabalho das organizações midiáticas ocidentais, cortando desta forma uma das poucas artérias que restaram para a transmissão de informações sobre estes países politicamente fechados. Manipulando a concessão de vistos e assediando ou até mesmo prendendo jornalistas (como foi o caso do repórter Jason Rezaian, do Washington Post, no Irã), esses regimes definem os termos de engajamento. Ao mesmo tempo, centros de mídia autoritários têm se aproveitado da abertura das democracias aumentando sua presença e atividades em diversos países democráticos. A Telesur, sustentada pela Venezuela e por vários outros países, opera nos países de língua espanhola da América Latina. A CCTV da China e a RT da Rússia têm uma grande e crescente presença nos Estados Unidos e outras partes do mundo, onde divulgam seus conteúdos dirigidos pelo estado.

A CCTV oferece programas em árabe, francês, russo e espanhol, enquanto que a agência chinesa de notícias, Xinhua, tem se expandido pelo mundo. A sede de Washington da CCTV da América emprega

*** Pessoas que semeiam discórdia na Internet (NdaT).

cerca de trinta jornalistas que produzem conteúdo em mandarim, e mais de cem que fazem matérias em inglês. A CCTV também possui instalações de teledifusão em Nova Iorque e Los Angeles. A presença da mídia chinesa nos países em desenvolvimento só cresce: já possui doze escritórios na América Latina e acabou de construir uma enorme base de operações de mídia na África Subsaariana.

Em novembro de 2015, veio à tona o fato de que a Rádio Internacional da China (RIC), a rede radiofônica estatal de Pequim, tem operado secretamente por trás de uma teia global de estações, que estão submetidas ao controle de conteúdo pelo governo chinês. Segundo uma investigação da Reuters, 33 estações em 14 países “divulgam primeiramente conteúdo criado ou fornecido pela RIC ou por companhia de mídia que ela controla nos Estados Unidos, Austrália e Europa”. Como parte deste elaborado esforço do governo chinês de tirar vantagem do espaço aberto da mídia, mais de uma dúzia de estações, em várias partes dos Estados Unidos, participam desta estratégia de “barco emprestado” do Partido Comunista da China, pela qual as bases existentes de mídia em países estrangeiros são usadas para projetar mensagens da China²¹.

Pequim devota esforços elaborados para limitar as reportagens estrangeiras que considera desfavoráveis. Nas duas últimas décadas, o governo chinês tem desenvolvido instrumentos de controle de informação em bases de mídia situadas fora da China. Em vários casos, autoridades chinesas impedem diretamente a realização de reportagem independente baseada no exterior. O mais comum, porém, e frequentemente mais eficaz, são os métodos de controle que sutilmente induzem a autocensura ou que inspiram os proprietários de meios de comunicação, publicitários e outros atores internacionais a agirem em favor do Partido Comunista da China²².

Como a CCTV, a RT russa tem sede em Washington DC e instalações de teledifusão em Nova Iorque, Miami e Los Angeles. A mídia estatal e a que apoia o governo, na Rússia – Life News, NTV, Canal

Um Rússia e Rússia 24 – disseminam não apenas as narrativas do Kremlin mas também evidentes invenções para audiências domésticas e para os demais espaços de língua russa. Estas fontes também propagam as mesmas estórias através da mídia social. E a RT, enquanto isso empurra este conteúdo manipulado para as audiências internacionais.

Além destas transmissões em inglês, a mídia estatal russa devota atenção substancial aos esforços para alcançar os Balcãs, a América Latina e o Oriente Médio. A Rússia, como a China e o Irã, percebeu a oportunidade de explorar o espaço de informação nos Balcãs, onde a presença da mídia das democracias não só é limitada como ainda está encolhendo. Uma grande parte dos esforços editoriais da Rússia, junto com outros regimes autoritários, dedica-se a investir contra o Ocidente, distorcendo percepções da democracia, e enlameando a imagem dos Estados Unidos e da União Europeia. Diante do grau de concordância destes regimes com qualquer tipo de ideologia, conclui-se que isto é puro antiamericanismo. Este foco é mais bem compreendido como reflexo da ausência de uma visão ou ideologia positiva que eles próprios tenham desenvolvido.

Por um bom tempo, o Ocidente não se preocupou com empresas autoritárias de mídia internacionais. Com o passar dos anos, porém, tem ficado claro que agências como a CCTV e a RT têm a capacidade de exercer influência real. Embora possa ser reconfortante pensar que as pessoas nas democracias têm uma resistência natural à propaganda estrangeira, este não é sempre o caso. Basta ver como argumentos falsos e distorcidos sobre a invasão da Ucrânia pela Rússia insinuaram-se no debate nos Estados Unidos e Europa²³.

A mídia autoritária tem se entrelaçado com o mundo das notícias normais, especialmente online. Agências de notícias ocidentais têm utilizado hoje narrativas chave empurradas pela mídia estatal russa. Websites espertos com notícias falsas e invenções do Kremlin aparecem nas novas democracias da Europa Central. No desordenado e fragmentado mundo da mídia de hoje, é muito mais fácil para os gover-

nos autoritários manipular a compreensão global de questões importantes, dificultando a distinção entre a informação verdadeira e a falsa.

Respondendo ao internacionalismo autoritário

Uma luta renovada entre a democracia e o autoritarismo está surgindo. O declínio de uma década das democracias, relatado pela Freedom House, tem sido mais dramático dentro das fileiras dos regimes já autoritários, que se tornaram ainda mais repressivos. Ao mesmo tempo, os mais influentes entre eles – China, Rússia e Irã – aumentaram a sua internacionalização. Ao fazer isso, encontraram maneiras de explorar a integração e a ampliar sua influência no mundo democrático. Através do desenvolvimento do instrumental antidemocrático de ONGs, grupos de reflexão, monitores de eleições e meios de comunicação, todos simulados, os autocratas ativamente tentam solapar a democracia a partir de dentro.

Cada vez mais, estes regimes demonstram solidariedade e coordenação entre si, pelo menos no que se refere à contestação e contenção da democracia e suas ideias. Através desta abordagem mais internacionalista e da aprendizagem autoritária, China, Rússia, Irã e outros regimes não liberais desenvolveram instrumentos para contra-atacar o “soft power” do Ocidente. Mas o poder que os autoritários estão exercendo não é “soft power” no seu sentido costumeiro. Na verdade, a aplicação do termo “*soft power*” – um conceito benigno aplicado geralmente aos esforços feitos para apoiar a imagem de um país, contribuir para o debate aberto e ganhar amigos e aliados – para os esforços relacionados às ideias dos autoritários, é problemática. O que os regimes autoritários estão praticando, ao contrário, é mais como uma imagem maligna do “soft power” refletida no um espelho.

Esta compreensão equivocada do problema tem levado observadores no Ocidente a acreditar que os autoritários têm estabelecido suas bases de mídia internacional (CCTV, RT e TV e Imprensa do Irã, por exemplo) com a finalidade de construir prestígio e obter respeito

do mundo exterior – isto é, para ganhar corações e mentes. Mas esta apreensão da realidade é um engano fundamental. Apesar de a China, Rússia e Irã terem investido somas cada vez mais vastas em mídia e em outros instrumentos para exercer influência externa, a imagem dos três países continuou muito baixa no Ocidente, e em alguns casos, está caindo ainda mais²⁴. Seu objetivo principal não é promover o autoritarismo, mas sim conter a disseminação da democracia e remodelar as normas da ordem internacional. Será cada vez mais importante para os observadores do Ocidente compreender a explicação alternativa (e mais malévola) destas iniciativas maciças de influência, pois como Peter Pomerantsev observa, “regimes não liberais em várias partes do mundo estão adotando estratégias similares e se unindo para criar redes globais de pseudo-realidades”²⁵.

E, no entanto, até agora, as democracias, talvez por complacência ou ainda por ignorância proposital, não têm levado a sério os indícios de que estas ousadas potências não liberais poderiam remodelar a desamparada ordem liberal pós-Guerra Fria. O desafio é especialmente perturbador porque os autoritários viraram, como no jiu-jitsu, a integração contra as democracias. Esta reviravolta inesperada exige uma reflexão renovada e séria sobre como o mundo democrático deve responder ao crescente desafio autoritário.

Qualquer novo pensamento que acate este desafio vai exigir primeiro que se abandone o falso enquadramento da questão como se fosse a escolha entre um afastamento ou engajamento aos regimes autoritários. A maior parte deles já está completamente integrada no sistema internacional, fazendo com que alguma forma de engajamento seja inevitável. É a *natureza* do engajamento das democracias que deve ser repensada. As democracias estabelecidas devem assumir uma abordagem mais ágil e regida por princípios, que leve a sério o novo ambiente em que os regimes autoritários procuram solapar as instituições e valores democráticos.

As democracias precisam renovar e atualizar seu compromisso com as instituições democráticas, e dar alguns passos necessários para

conter os autoritários em sua tentativa de esvaziar as organizações regulamentadas globais mais importantes. Assim como a China, Rússia e Irã aumentam a presença de suas mídias em lugares como os Balcãs, Europa Central, América Latina e África Subsaariana, os Estados Unidos e democracias europeias também deveriam fazer o mesmo, em vez de diminuir sua presença, como vêm fazendo. Além disso, os estados democráticos precisam modernizar e melhorar a capacidade de sua mídia internacional para criar condições de competir e florescer neste ambiente novo e desafiador.

As democracias devem procurar a aprendizagem democrática – inovação pela sociedade civil, mas também renovação de compromisso por parte de governos democráticos – com o mesmo vigor com que os autoritários se devotam à aprendizagem autoritária. Se em vez disto as democracias optarem por uma política de status-quo reativo que permite que os autoritários continuem tomando as iniciativas, podemos contar com uma perspectiva sombria de erosão ainda maior do espaço democráticos nos anos que estão por vir.

Notas

O autor expressa sua gratidão a Dean Jackson por seu apoio na pesquisa.

1. Joseph S. Nye Jr., “The Decline of America’s Soft Power: Why Washington Should Worry,” *Foreign Affairs* 83 (May–June 2004): 16–20.

2. Peter Pomerantsev and Michael Weiss, “The Menace of Unreality: How the Kremlin Weaponizes Information, Culture and Money,” special report presented by The Interpreter (a project of the Institute of Modern Russia, New York), 2014.

3. Alexander Cooley, “Authoritarianism Goes Global: Countering Democratic Norms,” *Journal of Democracy* 26 (July 2015): 49–63.

4. Christopher Walker, “The West’s Failure of Imagination,” *Wall Street Journal*, 3 August 2015.

5. A Freedom House avalia os países como Livres (1–2.5), Parcialmente Livres (3–5), ou Não Livres (5.5– 7) com base em sua média combinada de pontuação para direitos políticos e liberdades civis, que por sua vez são baseados em escalas de 40 e 60 pontos, respectivamente, que somam a escala de 100 pontos. Os declínios dos últimos nove anos são baseados nestes sub-dados mais detalhados em vez das categorias mais gerais de Livre, Parcialmente Livre e Não Livre, cuja composição não tem mudado substancialmente. Veja os relatórios a partir de 2008 de Freedom in the World e “Freedom in the World: Aggregate and Subcategory Scores,” <https://freedomhouse.org/report/freedom-world-aggregate-and-subcategory-scores>.

6. William Wan, “In China, Soviet Union’s Failure Drives Decisions on Reform,” Washington Post, 23 March 2013.

7. Veja Frederic Wehrey et al., “The Rise of Pasdaran: Assessing the Domestic Roles of Iran’s Islamic Revolutionary Guards Corps,” RAND Corporation, 2009; Saeid Golkar, *Captive Society: The Basij Militia and Social Control in Iran* (New York: Columbia University Press, 2015); Edward Wong, “Beijing Goes Quiet on Rise of Local Security Budgets,” Sinosphere blog, New York Times, 6 March 2014, http://sinosphere.blogs.nytimes.com/2014/03/06/beijing-goes-quiet-on-rise-of-local-security-budgets/?_r=0.

8. Simeon Kerr, “Saudi Arabia Sets Lavish Spending Figure,” Financial Times, 27 December 2011.

9. Dmitry Gorenburg, “Countering Color Revolutions: Russia’s New Security Strategy and Its Implications for U.S. Policy,” PONARS Eurasia Policy Memo No. 342, September 2014, www.ponarseurasia.org/sites/default/files/policy-memos-pdf/Pepm342_Gorenburg_Sept2014.pdf

10. Roger McDermott, “Slavic Brotherhood 2015 Rehearses Anti-Color Revolution Operations,” Eurasia Daily Monitor 12, no. 160, 8 September 2015, www.jamestown.org/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=44344&tx_ttnews%5BbackPid%5D=7&cHash=503b639c37a53036d98448683c3aac17#.VhBIEmflvIU.

11. Sobre os cinco artigos, veja Mimi Lau, “People’s Daily Warns Against Colour Revolutions, Blames ‘Spread of Western Ideology,’” South China Morning Post, 14 June 2015, www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/1822063/communist-party-paper-seesred-over-colour-revolutions?page=all; on CCP’s belief in U.S. complicity, see David Shambaugh, *China’s Communist Party: Atrophy and Adaptation* (Berkeley: University of California Press, 2009); for quote, see State Council

Information Office of the People's Republic of China, "China's Military Strategy," May 2015, http://eng.mod.gov.cn/Press/2015-05/26/content_4586805.htm.

12. See, for example, Ronald Deibert, "Authoritarianism Goes Global: Cyberspace Under Siege," *Journal of Democracy* 26 (July 2015): 64–78.

13. Douglas Rutzen, "Authoritarianism Goes Global (II): Civil Society Under Assault," *Journal of Democracy* 26 (October 2015): 28–39.

14. Moisés Naím, "Democracy's Dangerous Impostors," *Washington Post*, 21 April 2007

15. "Xi Calls for New Type of Think Tanks," *Xinhua*, 27 October 2014, http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-10/27/c_133746282.htm.

16. Stanley Lubman, "China Asserts More Control Over Foreign and Domestic NGOs," *China Real Time* blog, *Wall Street Journal*, 16 June 2015, <http://blogs.wsj.com/chinarealtime/2015/06/16/china-asserts-more-control-over-foreign-and-domestic-ngos>.

17. Sui-Lee Wee and Stephanie Nebehay, "At UN, China Uses Intimidation Tactics to Silence Its Critics," *Reuters*, 6 October 2015.

18. O embaixador dos EUA no OSCE disse no HDIM de 2013 que ele ouviu um suposto representante de uma ONG inscrita no evento, dizer que "estamos felizes por examinar suas reclamações sobre a nova lei que esboçamos", esquecendo-se naquele momento que deveria agir como o membro de uma ONG, e não como um representante do governo. Veja "Response to the Report by ODIHR on This Year's Human Dimension Implementation Meeting," delivered by Ambassador Daniel B. Baer to the Permanent Council, Vienna, 7 November 2013, http://osce.usmission.gov/nov_7_13_hdim.html.

19. Re:Baltica, "Money from Russia: Kremlin's Millions," 27 August 2015, www.rebaltica.lv/en/investigations/money_from_russia/a/1257/kremlins_millions.html.

20. Chris Buckley, "China's Party-Run Media Is Silent on Market Mayhem," *New York Times*, 25 August 2015, www.nytimes.com/2015/08/26/world/asia/chinese-newsmedia-largely-silent-amid-stock-market-turmoil.html.

21. Koh Gui Qing and John Shiffman, “Beijing’s Covert Radio Network Airs China-Friendly News Across Washington, and the World,” Reuters, 2 November 2015.

22. Sarah Cook, “The Long Shadow of Chinese Censorship: How the Communist Party’s Media Restrictions Affect News Outlets Around the World,” Center for International Media Assistance report, 22 October 2013.

23. Timothy Snyder, “Ukraine: The Haze of Propaganda,” *New York Review of Books*, 1 March 2014.

24. Bruce Drake, “Even Before Ukraine Crisis, Views of Putin Had Grown More Negative in U.S., Europe,” Pew Research Center, 20 March 2014, www.pewresearch.org/facttank/2014/03/20/even-before-ukraine-crisis-views-of-putin-had-grown-more-negative-in-u-s-europe; David Shambaugh, “China’s Soft-Power Push: The Search for Respect,” *Foreign Affairs* 94 (July–August 2015): 99–107.

25. Peter Pomerantsev, “Authoritarianism Goes Global: The Kremlin’s Information War,” *Journal of Democracy* 26 (October 2015): 48.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>